



Professor Ataliba Nogueira.

Oriundo de família de lavradores, nasceu o professor José Carlos de Ataliba Nogueira aos 29 de maio de 1901, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, filho de João de Ataliba Nogueira Junior e de d. Alexandrina Loureiro de Ataliba Nogueira (Registro civil de Campinas, 2.^a zona, livro 14, folhas 112, n. 536).

Foi batizado no curato da catedral (então matriz nova da Conceição), no dia 8 de janeiro de 1902, pelo pároco, monsenhor dr. José de Almeida e Silva (livro 28, folhas 181).

Fêz os estudos primários no segundo grupo escolar da sua cidade natal (1910), no Liceu Salesiano de Nossa Senhora Auxiliadora, da mesma cidade (1911) e no Seminário Episcopal de Pouso Alegre (Minas Gerais, 1912 e 1913). E todo o curso secundário, no Ginásio Diocesano de Santa Maria (1914 a 1919), o qual acabava de ser fundado, em Campinas, pelo seu saudoso e santo primeiro bispo, d. João Batista Correia Neri. A tão notável educador é que deve a sua formação espiritual e intelectual.

Matriculou-se no ano seguinte na Faculdade de Direito de São Paulo, havendo colado grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais aos 20 de dezembro de 1925. Orador oficial do *Centro Acadêmico Onze de Agosto*, em 1922 tomou parte em numerosas comemorações acadêmicas, por ocasião do centenário da independência nacional, notadamente no congresso de estudantes, que reuniu os alunos de tôdas as escolas superiores então existentes em São Paulo. Nos seus tempos da Academia jurídica, proferiu discursos, principalmente de saudação a personalidades nacionais e estrangei-

ras, que visitaram a Faculdade. Colaborou em *O XI de Agôsto*.

Tendo em vista a sua atuação, quando estudante, prognosticou os seus êxitos futuros o professor Spencer Vampré, no final do segundo volume das suas *Memórias para a História da Academia de São Paulo* (1925).

A fim de poder realizar os estudos superiores exerceu, sucessivamente, êstes empregos de parca remuneração: redator do *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo; escriturário da Estrada de Ferro Sorocabana e, por concurso, da Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado; professor dos cursos diurno e noturno do Liceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus.

Foi vicentino e congregado mariano, na paróquia de Santa Ifigênia. Exerceu a presidência dêste último sodalício e, durante a sua gestão, foi instituída a comunhão pascal dos acadêmicos (1923), bem como a comemoração anual da data da fundação da cidade (25 de janeiro), junto ao monumento do Pátio do Colégio, sem qualquer interferência do mundo oficial e exclusivamente pelos congregados marianos e alunos das escolas primárias católicas (1925). Foi também secretário do semanário da congregação, *O Mensageiro da Paz*.

Lente interino da cadeira de instrução moral e cívica, recentemente criada no único ginásio do Estado então existente na capital, nomeado por decreto de 18 de fevereiro de 1926, regeu também em caráter interino a de latim.

Foi nomeado promotor público da comarca de Itapeitinga, por decreto de 28 de dezembro de 1926. Nesta cidade, lecionou português, no curso anexo da Faculdade de farmácia e odontologia. Por decreto de 16 de dezembro de 1927, foi promovido a quinto promotor público da capital, cargo então criado. Freqüentou assiduamente a tribuna do juri, foi auxiliar do ministro procurador geral e por mais de uma vez também procurador geral do Estado "ad hoc". Representou o ministério público no conselho penitenciário, por vários anos.

Em 1932 e 1933, fêz o curso de doutorado, recentemente criado na Faculdade de Direito.

Quando ainda cursava o segundo ano jurídico, em 1922, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da qual mais tarde veio a ser professor catedrático de sociologia, a partir de 1936. Foi também professor de Direito Penal (primeira cadeira) da extinta Faculdade Paulista de Direito, fundada pelo professor Sampaio Dória.

De novembro de 1932 a junho de 1933 exerceu o cargo de secretário do govêrno do Estado de São Paulo.

Em 1937 e 1938, respectivamente, fêz concursos para professor catedrático de Direito Penal (primeira e segunda cadeiras) da velha Academia de São Paulo, em virtude do primeiro dos quais foi nomeado livre-docente da disciplina, tendo colado grau de doutor em direito aos 26 de outubro de 1937.

No concurso de trabalhos jurídicos, realizado pelo Instituto dos advogados de São Paulo, 1937, obteve o primeiro prêmio o seu livro *Medidas de Segurança*.

O professor Alcântara Machado, autor do ante-projeto do código penal de 1940, declara na exposição de motivos dirigida ao ministro da justiça que o referido livro exerceu influência na elaboração do capítulo das medidas de segurança. E o ministro Nelson Hungria, do Supremo Tribunal Federal, da comissão revisora do projeto, ao tratar desta matéria tão nova no código penal, cita em seus comentários, mais que a qualquer outra autoridade nacional ou estrangeira, a do professor Ataliba Nogueira (1.^a edição).

Em junho de 1939, chefiou a delegação de alunos que a convite da Universidade do Chile visitou aquêlê país. Proferiu conferências na Universidade de Santiago, na Universidade Católica da mesma cidade, no Instituto de Ciências Penales e na Faculdade de Direito de Valparaiso. Visitou também as Universidades de Buenos Aires, La Plata e Montevideo.

Pertence às seguintes associações: sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro; do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Bahia e Sergipe; sócio efetivo e ex-orador oficial, por vários anos, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócio titular da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo; do Instituto de Direito Social e do Instituto Internacional de Direito Social; do Instituto de Estudos Genealógicos; da Associação dos Jornalistas Católicos; do Instituto dos Advogados; membro da Ordem dos Advogados do Brasil; do Instituto Chileno Brasileiro de Cultura de São Paulo do qual foi fundador e presidente; do Instituto de Ciências Penales (Santiago); do extinto Centro dom Vital, de São Paulo; da antiga Sociedade de Educação e da Associação dos antigos alunos da Faculdade de Direito; do PEN Club do Brasil.

Tomou parte no primeiro congresso nacional do ministério público, na segunda conferência interamericana de advogados, primeiro congresso jurídico nacional (15 de agosto a 7 de setembro de 1943); primeiro congresso internacional de direito social (8 a 15 de agosto de 1954); oitava conferência interamericana de advogados (15 a 22 de março de 1954); congresso hispano-luso-filipino de direito (1954); sexto congresso jurídico nacional (1955); primeiro congresso de câmaras municipais do Estado de São Paulo (setembro de 1948), como representante do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra; quinto congresso de história do Brasil e congresso brasileiro de cultura greco-latina (1958).

Iniciou a sua atividade jornalística em *A Pena*, órgão dos alunos do Ginásio Diocesano de Santa Maria, em Campinas; fundador e diretor de *A Gazeta de Jaguari* (1919); secretário da redação de *O Mensageiro da Paz* (São Paulo); redator do *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo, colaborador de *A Gazeta*, de São Paulo e de *O XI de Agosto*, fundador e diretor do *Diário Paulista*, órgão católico, em

1926; colaborador de *A Tribuna*, de Itapetininga, do *Diário de São Paulo* e de *O Jornal*, do Rio de Janeiro.

Por decreto de 20 de março de 1939 foi designado para reger a cadeira vaga de direito público e constitucional da centenária Faculdade de direito da Universidade de São Paulo, para cujo preenchimento efetivo se submeteu a concurso e, obtida a classificação em primeiro lugar, foi nomeado professor catedrático da disciplina, por decreto de 8 de outubro de 1940, tendo tomado posse no dia 12 seguinte, perante a congregação. Saudou-o o professor Joaquim Canuto Mendes de Almeida.

Ao se organizarem as Faculdade católicas de Campinas, em 1941, foi professor das cadeiras de direito internacional e de história moderna e contemporânea, respectivamente, na Faculdade de ciências econômicas e na de filosofia, ciências e letras.

Ocupou a cátedra de legislação de imprensa e ética do Curso de jornalismo Casper Líbero, da Pontifícia universidade católica de São Paulo.

Tem banca de advocacia na capital do Estado, não a tendo abandonado nem mesmo ao ser eleito, a 2 de dezembro de 1945, deputado federal pelo Estado de São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte instalada no Rio de Janeiro a 1.º de fevereiro de 1946.

Fêz parte da grande comissão constitucional, composta de apenas trinta e seis representantes, encarregada de elaborar o projeto de constituição, tendo sido escolhido para relator da sub-comissão de organização federal e da sub-comissão da família, educação e cultura. Defendeu ardorosamente e com sucesso os postulados sociais da Liga Eleitoral Católica, tendo sido da sua lavra os pareceres contra o divórcio, pelos efeitos civis do casamento religioso e pelo ensino religioso. Propugnou pela participação dos empregados no lucro das emprêsas, pela maior amplitude da federação e pela maior autonomia dos municípios além de outros assuntos de saliência política. Percorrendo-se os *Anais* daquela notável Assembléia Constituinte, verifica-se

que o representante de São Paulo, professor Ataliba Nogueira, discutiu todos os assuntos de importância, em vários deles havendo obtido a modificação do pensamento predominante no início dos debates.

Por mais de quatro anos de legislatura ordinária (1946-1951), foi membro da comissão de constituição e justiça da câmara dos deputados. Tomou parte saliente nos debates parlamentares dos assuntos de maior importância, tais como: cassação do mandato dos representantes do partido comunista, lei do casamento religioso, lei de alimentos aos filhos naturais, projeto de equiparação da companheira à esposa.

Não foi candidato à renovação do mandato porque pleiteou a eleição para o elevado cargo de vice-governador do Estado de São Paulo nas eleições de 1950, tendo obtido grande votação que contudo não lhe deu vitória, colocando-o porém em segundo lugar. Teve que lutar com o candidato do presidente da república, do governador do Estado e do senador Getúlio Vargas.

No ano de 1956 visitou várias universidades norte-americanas e as de Montreal e Quebec, no Canadá. No ano seguinte tornou a viajar para a Argentina e Uruguai.

Ainda em 1957 foi nomeado delegado do Brasil à XII Assembléia geral das Nações Unidas. Naquele forum então de oitenta e dois estados tomou parte nos debates de maior importância, principalmente nos que se feriram a propósito da definição jurídica de agressão e na interpretação de certos artigos da Carta das Nações Unidas. Seu primeiro discurso foi comentado pelo *New York Times*.

Eleito no ano de 1959 para a cadeira n. 29 de Academia Paulista de Letras, cujo patrono é o poeta Paulo Eiró, tomou posse em 1960.

Ainda em 1959 foi nomeado vice-diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Em 1960 é nomeado para a comissão encarregada de organizar, no Palácio do Itamarati, a Academia de Altos Estudos de Política Internacional e Diplomacia.

É nomeado em 1964 para o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Educação, do Estado de São Paulo, tendo tomado posse aos 30 dias do mês de março.

No mesmo ano, em 26 de junho, foi designado para exercer cumulativamente com a pasta da educação, as funções de Secretário de Estado da Justiça e Negócios do Interior, interinamente.

Fundou o Instituto de Direito Público, do qual é diretor e participa da Comissão Redatora da *Revista da Faculdade de Direito*. Foi ainda membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade.

Em outubro de 1964 empreende viagem à Europa a convite dos governos alemão e francês, para conhecer a organização das “Technikerschule” e “Ecoles d’Arts et Métiers” e receber doação de equipamentos feita pelos mencionados governos ao Estado.

Pelos serviços prestados à Igreja, dentro e fora do parlamento, principalmente em defesa da família, recebeu alta condecoração do Santo Padre Pio XII, entregue solenemente pelo eminentíssimo e reverendíssimo senhor cardinal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo metropolitano de São Paulo.

Tem proferido discursos e conferências em numerosas associações e oportunidades, salientando-se as suas orações nos congressos eucarísticos de quase tôdas as dioceses da província eclesiástica de São Paulo e, ainda, em Vitória (Espírito Santo), Barra do Pirai (Estado do Rio), Ilhéus (Bahia) e Cuiabá (Mato Grosso).

Condecorações.

Ordem al mérito, do Chile, no grau de comendador, entregue, solenemente, no dia 12 de outubro de 1939, pelo cônsul geral do Chile, em São Paulo, dr. Miguel Ignacio Bravo y Bravo;

Ordem Eqüestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, no grau de comendador com placa (grande oficial), concedida por breve pontifício e entregue por sua eminência reverendíssima d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardinal-arcebispo metropolitano de São Paulo, no dia 12 de outubro de 1949.

Ordem de Malta, com a cruz de mérito da primeira classe, em pergaminho datado de 10 de janeiro de 1953.

Grande Cruz do Mérito com Estrela, conferida pelo presidente da República Federal da Alemanha, aos 21 de abril de 1964.

Medalhas.

Cuautemoc, do México, comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil, recebida a 12 de outubro de 1922;

Rio Branco, do govêrno brasileiro, comemorativa do centenário do nascimento do barão do Rio Branco (1946);

Rui Barbosa, do govêrno brasileiro, comemorativa do centenário do nascimento do conselheiro Rui Barbosa (1949).

Palmas Acadêmicas, no grau de oficial da Ordem. Condecoração do govêrno francês, por decreto do primeiro ministro, datado de 23 de junho de 1965.

Bibliografia.

Além de mais de uma centena de memoriais forenses, escreveu numerosos artigos para revistas e jornais e as obras seguintes:

TRABALHOS JURÍDICOS:

A reforma da Constituição Federal, 1926.

A Instrução Moral e Cívica — Sua Utilidade, 1926.

- Vadiagem*. Separata da *Revista de Criminologia e Medicina Legal*, vol. II, 1928.
- Combate às Publicações Imorais*, 1929.
- As Loterias Estaduais e o Fisco*, 1930.
- Medidas de Segurança*, 1937.
- Pena sem Prisão*, 2.^a ed., 1956.
- O Estado é Meio e não Fim*, 3.^a ed., 1955.
- As Medidas de Segurança no Nôvo Código Penal*, 1941.
- As Medidas de Segurança em Espécie*, 1941.
- Estabelecimentos e Regimes para Execução das Medidas de Segurança*, 1943.
- O Município e os Municípes na Constituição*, 1947.
- O Pan-americanismo e o Superestado*, 1947.
- Rui Barbosa e as Fontes do Direito Constitucional Brasileiro*, 1949.
- O Crime do Tênis Clube* (legítima defesa putativa), 1948.
- Majoração dos Subsídios de Prefeito* (questão constitucional), 1953.
- As Nações Unidas e a Definição de Agressão*, 1957. Discurso na XII Assembléia Geral das Nações Unidas.
- Adaptação do sistema parlamentar de Governo ao Estado*, 1962.

TRABALHOS PARLAMENTARES :

- Faculdade de Ciências Políticas*, 1946.
- A Federação e o Município*, 1946.
- O Divórcio*, 1946.
- O Ensino Religioso*, 1946.
- A Constituição e os Partidos Antidemocráticos. O Mandato dos representantes Comunistas*, 1947.
- Sôbre o Projeto de Reconhecimento dos Filhos Naturais*, 1947.
- Efeitos Civis do Casamento Religioso*, 1950.

TRABALHOS LITERÁRIOS E HISTÓRICOS:

Santo Antônio na Tradição Brasileira, 1933.

Um Inventor Brasileiro. Biografia de Francisco João de Azevedo, 1934.

Elogio Histórico dos Sócios Falecidos. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, 1939 a 1944.

Ministro Costa e Silva. Traços biográficos, 1941.

D. Joaquim Mamede da Silva Leite. Traços biográficos, 1941.

Elogio Histórico de D. João Neri, 1945.

Carlos de Laet. *Centenário de seu Nascimento*. Conferência no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1947.

Professor José Eduardo de Macedo Soares. No seu centenário, 1956.

Costa Manso, Doutor "Honoris Causa", 1956. Discurso em nome da congregação da Faculdade de Direito.

Três Poetas, 1961.

A Máquina de Escrever, Invento Brasileiro, 1962.